

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Dólar é 'pedra no sapato' dos varejistas

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 18/06/2018

Caderno: Opinião

Página: A2

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Lojistas de material de construção projetam incremento de até 8,5% nas vendas este ano

Dólar é 'pedra no sapato' dos varejistas

Após amargar retração de 6% nas vendas de maio –em razão da paralisação dos caminhoneiros–, o varejo de materiais de construção tenta manter a perspectiva positiva e sustenta intenção de crescer 8,5% neste ano, com faturamento de R\$160 bilhões.

O desempenho, no entanto, pode tropeçar na alta do dólar.

"Nesse mês de junho, ainda vamos sentir um pouco o impacto de queda que tivemos em maio. Também com a pressão do

aumento do dólar, a estimativa é que a reposição de preço nos produtos seja de 6% a 8%", afirmou o presidente da Anamaco

(Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção), Cláudio Conz.

Segundo ele, mesmo com o aumento de preços "provocados pela tabela mínima de frete e as oscilações do câmbio", o setor deve

beneficiar da estagnação da construção civil e de um aumento no número de divórcios no país. "As pessoas tendem a optar mais pela reforma do que



Empresa prevê que retomada só após eleição presidencial

trocar de imóvel. Além disso, no ano passado, tivemos 350 mil divórcios no Brasil", explicou Conz. Na visão do professor de macroeconomia do Ibmec (Instituto Brasileiro de Mercado de

Capitais) André Diz, o setor de material de construção "surfou" na onda do boom imobiliário que aconteceu no país entre 2008 e 2013. "A partir desse momento, [esse setor] concentrou-se mais

no sentido da realização de reformas nos imóveis", argumentou o economista. Mais comedido, o diretor-geral da atacadista de material de construção Obramax, Micheal Reins, diz que a recuperação concreta se dará após a decisão nas urnas. "A recuperação é lenta, existe ainda estoque de imóveis depois de 2 e 3 anos com muitos distratos [quebra de contratos imobiliários].

Dependendo do resultado da eleição, poderemos ter uma retomada mais firme de confiança do consumidor podendo levar a uma nova dinâmica no setor imobiliário e consequentemente para a construção civil", afirmou.


Ele confirmou, sem dar percentuais, que a alta do dólar vai impactar o preço de produtos como fios e cabos por conta da matéria-prima, o cobre.

Vendas virtuais

Em relação ao percentual de participação do e-commerce nas vendas da marca, Reins explica que atualmente as compras online representam 2% do total comercializado, mas que considera o canal mais uma alavanca para os clientes "em particular os profissionais e pequenos revendedores.

"Em contrapartida, o presidente da Anamaco diz que não vê a internet ocupando um posto importante tão cedo na maioria das vendas do setor, já que convencionalmente estas são feitas pelo telefone ou de forma presencial. Ele argumenta que existem muitas "variáveis" na hora de comprar um material de construção e, por isso, decidir por algum produto apenas pela "tela do computador ou celular" não é viável.

CLIPPING DE NOTÍCIAS


	Título: Brasil inicia 2º tri com crescimento de 0,46%		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 18/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A2	

Brasil inicia 2º tri com crescimento de 0,46%

A economia brasileira ganhou impulso em abril, após contração no mês anterior, de acordo com dados do BC (Banco Central), ritmo que está sob ameaça devido à greve dos caminhoneiros que prejudicou o abastecimento em todo o país no final de maio. O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), espécie de sinalizador do PIB (Produto Interno Bruto), expandiu 0,46% em abril na comparação com o mês anterior, segundo o BC. A expectativa em pesquisa da Reuters era de alta de 0,50%, na mediana das projeções de especialistas consultados. Em março, o IBC-Br havia recuado 0,5%, em dado revisado pelo BC após divulgar queda de 0,74%. Nos dois primeiros meses do ano, o indicador

também apresentou resultados negativos. Na comparação com abril de 2017, o IBC-Br cresceu 3,70%, enquanto que no acumulado em 12 meses apresentou expansão de 1,52%, ainda segundo o BC. Os dados de abril do IBC-Br acompanham os resultados favoráveis da indústria, varejo e serviços. No mês, a produção industrial cresceu 0,8%, enquanto as vendas no varejo aumentaram 1% e o setor de serviços teve seu primeiro resultado positivo no ano. No primeiro trimestre, o PIB do Brasil acelerou ligeiramente o ritmo e registrou expansão de 0,4% em relação aos três meses anteriores, marcando o quinto período seguido no azul e favorecido pela agropecuária, segundo o IBGE.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Finalmente		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 18/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A3	

FINALMENTE

O governo do Estado vai investir pouco mais de R\$ 13 milhões para sanar os graves problemas de manutenção detectados nos parques do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o Pro-

samim. A obra visa recuperar estas opções de lazer e convivência, com condições de segurança e limpeza adequadas. Desde que foram inaugurados, os logradouros não recebiam nenhum tipo de manutenção.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Inovação cobra agora alternativas

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 18/06/2018

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Em reunião na Fieam, representantes de institutos de P&D buscam saída contra cobrança de ISS

Inovação cobra agora alternativas

Institutos e fundações da área de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), reunidos na sexta-feira (15) na Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), fizeram uma exposição de motivos para suspender a cobrança do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), pela Prefeitura de Manaus, sobre recursos destinados a projetos de P&D.

Ao apresentar a segunda pauta da reunião, esta sobre vetos do governo federal a dispositivos da Lei de Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, com a presença do deputado federal Pauderney Avelino, o presidente da Fieam, Antonio Silva, disse que a instituição está atenta a todos os atos que venham ameaçar os interesses do desenvolvimento do Estado do Amazonas. "Estamos sofrendo ataques, uma hora no polo de concentrados, outra na área de P&D. A todo momento temos uma surpresa a nos desafiar", disse ele.

Institutos e fundações consideram equívoco da Prefeitura de Manaus a cobrança do ISSQN

Quando as instituições de P&D são credenciadas pelo Capda (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia), ligadas à Suframa, elas estão autorizadas pelo governo federal a desenvolver seus projetos dentro do que determina a lei de incentivos fiscais para a Amazônia. Nós temos a obrigação de desen-

Na área de P&D, pelo menos 12 instituições atuantes em Manaus apresentaram ao representante do setor jurídico da Semef (Secretaria Municipal de Economia e Finanças), Edson Fernandes, as diferenças entre prestação de serviços e projetos de pesquisa e desenvolvimento, o que estaria na cobrança supostamente indevida.

De acordo com a advogada Rosanila Feitoza, do setor jurídico da FPFRech (Fundação Paulo Feitoza Tech), no mínimo há um equívoco da Prefeitura de Manaus em cobrar o ISSQN desses institutos. "Existe uma diferença entre convênio e

contrato. Quando as instituições de P&D são credenciadas pelo Capda (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia), ligadas à Suframa, elas estão autorizadas pelo governo federal a desenvolver seus projetos dentro do que determina a lei de incentivos fiscais para a Amazônia. Nós temos a obrigação de desen-



Discussões foram apresentadas na sexta-feira, no auditório da Fieam

volver esses projetos de acordo com a legislação, portanto, não se trata de uma prestação de serviço, mas tão somente uma renúncia fiscal", diz.

O governo federal, segundo Rosanila, determina que haja pesquisa e desenvolvimento para que se possa gerar mais emprego e renda para a população. "Agora, os 5% da renúncia fiscal em favor da pesquisa e desenvolvimento estão sendo

retirados pela cobrança do ISSQN e esse dinheiro não pertence aos institutos, mas sim às empresas que prestam conta à Suframa", diz a advogada.

Rosanila citou como exemplo o Instituto Eldorado e o Instituto Cesar, ambas instituições de P&D que acabaram de obter autorização do Capda para atuar em Manaus e vêm sofrendo essa pressão de não conseguir desenvolver seus projetos em

razão dessa cobrança do ISSQN.

Como representante da prefeitura, o advogado Edson Fernandes lamentou a ausência do procurador-geral do município, Rafael Albuquerque de Oliveira, para dirimir dúvidas e apresentar o parecer da PGM sobre o assunto, o que deve acontecer na próxima terça-feira (19), provavelmente na própria Fieam.

De acordo com o diretor adjunto da Coordenaria de Tec-

nologia e Inovação da Fieam, Roberto Garcia, a Federação tem apoiado desde o início esse contato dos institutos de P&D com a Semef, promovendo reuniões entre as partes, a primeira das quais com o próprio prefeito Arthur Neto, e a segunda, com a equipe técnica da Semef. "Na próxima, a gente consegue esclarecer esse episódio da taxa em cima de recursos de renúncia fiscal", disse ele.

Na sequência da reunião com Semef, o vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo convidou o deputado Pauderney Avelino a apresentar aos diretores e empresários presentes, uma prévia do trabalho que será desenvolvido para reverter a questão dos vetos do presidente Michel Temer aos dispositivos da lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que afetam diretamente empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação da Zona Franca de Manaus.

"Eu não posso ficar contra o meu país, mas preciso defender os interesses do meu Estado", disse Pauderney, que deve articular com os outros membros da bancada federal do Amazonas uma estratégia para discutir e tentar reverter as medidas que prejudicam a ZFM, segundo ele ainda neste mês.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Queda de juros segue lenta ao consumidor

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 18/06/2018

Caderno: Economia

Página: 07

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)



Varição Enquanto a taxa básica de juros caiu 54%, com a política monetária do Banco Central, o índice médio de juros para as famílias caiu 23,6%, entre outubro de 2016 e março deste ano

Juros Nesta semana, o BC vai definir a Selic e a expectativa é de manutenção da taxa em 6,5% ao ano

Daniel Teixeira/AE

Agência Brasil
Redacao@diarioam.com.br
Brasília

Mesmo com a redução da taxa básica de juros do País, a Selic, para o menor nível histórico, os juros do crédito ao consumidor caem em ritmo lento. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária

captação, que é o custo que as instituições têm para conseguir dinheiro. "Entretanto, o custo de captação é uma média de diversas taxas de captação, que possuem maior ou menor ligação com a taxa Selic", diz o BC.

Por exemplo, quando o dinheiro para os empréstimos vêm das cadernetas de poupança, o custo de captação está "bastante" ligado à taxa básica,

formação do custo de crédito. "E, quanto menor for a participação da Selic no custo do crédito, como no caso de modalidades com altas taxas de inadimplência, menor será o impacto em termos percentuais", diz o relatório.

Na composição das taxas de juros, segundo o BC, o custo da inadimplência responde pela maior parte (38,27%), depois vêm as despesas administrativas

plência das pessoas físicas também caiu: passou de 6,16%, em outubro de 2016, para 5,08%, em abril de 2017. "Realmente a inadimplência é alta, mas tem sido estabilizada para baixo nos últimos anos. Ainda temos perto de 60 milhões de brasileiros negativos, mas esse número não tem crescido", disse Gallo.

Para o professor, o problema está na concentração ban-

dem manter o nível de ganhos como desejarem", diz Gallo.

O diretor executivo de estudos e pesquisas da Associação Nacional dos Executivos em Finanças (Anefac), Miguel José Ribeiro de Oliveira, também atribui à concentração bancária a dificuldade em reduzir os juros mais rapidamente para o consumidor. Ele destaca que houve muitas incorporações de bancos nos últ-

ria (Copom) do Banco Central (BC) vai definir a Selic novamente e a expectativa do mercado financeiro é de manutenção da taxa em 6,5% ao ano.

Em maio, após um ciclo de cortes que começou em outubro de 2016, o Copom optou por manter a Selic em 6,5% ao ano. No início desse ciclo de reduções, a taxa passou de 14,25% para 14% ao ano. Entre outubro de 2016 e março deste ano, quando ocorreu o último corte, a Selic caiu 54,4%. Enquanto isso, a taxa média de juros para as famílias caiu 23,6%, ao passar de 74,33% ao ano, em outubro de 2016, para 56,79% ao ano, em abril de 2018. A taxa do cheque especial, uma das modalidades de crédito mais caras, passou de 328,52% para 320,96% ao ano.

No Relatório de Economia Bancária, divulgado esta semana, o BC explicou que a Selic afeta os juros do crédito por meio de seu efeito no custo de

quando a Selic está abaixo de 8,5% ao ano. Isso acontece porque a remuneração da poupança muda quando a Selic está abaixo de 8,5% ao ano. "O custo médio de captação depende também do volume de depósitos à vista, que não possuem qualquer remuneração - e, portanto, nenhuma conexão com a taxa Selic. Mas o custo de captação das instituições financeiras envolve também a remuneração de instrumentos de captação bastante ligados à taxa Selic, como CDBs (Certificados de Depósito Bancário) indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário)", diz o BC.

Segundo a instituição, mesmo que reduções na taxa Selic sejam repassadas integralmente para as taxas de juros das operações de crédito, a queda nos custos do crédito será menor que dos juros básicos. Isso porque a Selic é apenas um dos ingredientes na

(25,55%) dos bancos, os tributos (22,13%) e o lucro (14,04%).

Para o professor de Finanças da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fabio Gallo, os juros poderiam estar mais baixos porque, além de a Selic estar menor, a inadim-

plência, com poucos bancos atuando no mercado. Em 2017, os quatro maiores bancos do país - Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - concentram 78,51% do crédito do país. "A concentração bancária explica muito isso. Os bancos po-

timos anos, reduzindo o número de participantes no mercado. Ele cita também outros fatores, como baixa oferta de crédito, carga tributária alta e os depósitos compulsórios (recursos que os bancos são obrigados a deixar depositados no BC).

BANCOS


BC descarta que concorrência dependa de concentração

Para o BC, maior concorrência entre os bancos não requer necessariamente menor nível de concentração bancária. "O Banco Central monitora a concentração do Sistema Financeiro Nacional e está atento aos riscos para o sistema e aos possíveis efeitos sobre o spread (diferença entre taxa de captação do dinheiro pelos

bancos e a taxa cobrada dos clientes) bancário e outros preços. Entretanto, a relação entre concentração e spreads não é tão direta quanto o senso comum pode sugerir", pondera no Relatório de Economia Bancária. De acordo com o BC, outros fatores estruturais são importantes para se explicar o custo do crédito: despesas

administrativas, impostos, margem financeira (lucro) e inadimplência. Em 2016, o Brasil estava no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados, o que inclui Austrália, Canadá, França, Holanda e Suécia. Mesmo que a Selic seja mantida no atual patamar, Oliveira acredita que os juros ao consumidor vão continuar a cair, mas seguirão em ritmo lento. "As taxas de juros sobem de elevador, bem rápido, e caem como se estivessem de escada, com um passo de cada vez, muito lentamente", disse Oliveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: TRT11 fará leilão de casas, terrenos, móveis e materiais de construção no dia 29		
	Veículo: Portal Marcos Santos	Data: 18/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Geral	Página: On-line	
	Link: https://www.portalmarcossantos.com.br/2018/06/18/trt11-fara-leilao-de-casas-terrenos-moveis-e-materiais-de-construcao-no-dia-29/		

TRT11 fará leilão de casas, terrenos, móveis e materiais de construção no dia 29



O leilão do TRT11 é realizado, simultaneamente, nas modalidades presencial e eletrônica. Foto: Divulgação

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – Amazonas e Roraima (TRT11) realizará, no dia 29 de junho, leilão público de bens penhorados para o pagamento de dívidas trabalhistas. Nessa edição, além de casas e terrenos, também serão leiloados três mesas de granito, dois expositores refrigerados e materiais de construção, como areia, tijolo e madeira.


O leilão do TRT11 é realizado, simultaneamente, nas modalidades presencial e eletrônica. O lance presencial está marcado para 9h30 do dia 29 de junho, no 4º andar do Fórum Trabalhista de Manaus, na Rua Ferreira Pena, 546, Centro. Os lances eletrônicos já podem ser realizados no site www.amazonasleiloes.com.br.

A lista de bens que serão leiloados inclui residências nas cidades de Manaus e Boa Vista, lotes de terra em Rorainópolis/RR, um trator e uma máquina niveladora. O edital com a lista completa dos bens está disponível no endereço www.trt11.jus.br.

Os interessados poderão adquirir os bens por até 30% do valor da avaliação. Sendo necessário o pagamento, a título de sinal e como garantia, no mínimo de 20% do valor total do lance, além da comissão do leiloeiro de 5%, com acréscimo de 1% se tiver havido remoção do bem para o depósito.

Para visitar os bens, o interessado deverá entrar em contato com a Seção de Hastas Públicas do TRT11, por meio do telefone (92) 3627-2064.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Novo residencial da MRV fará parte do primeiro bairro planejado de Manaus		
	Veículo: A Crítica	Data: 17/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Manaus	Página: On-line	
	Link: https://www.acritica.com/channels/manaus/news/novo-residencial-na-cidade		

MERCADO IMOBILIÁRIO

Novo residencial da MRV fará parte do primeiro bairro planejado de Manaus

Após vários anos, Manaus volta a receber um investimento de peso no mercado imobiliário, com o projeto da MRV Engenharia

17/06/2018 às 14:49



Vista das Castanheiras é o primeiro de 14 empreendimentos imobiliários que serão realizados pela MRV Engenharia na cidade (Foto: MRV)

VEJA TAMBÉM



Rebeca Almeida

Manaus (AM)

A empresa MRV Engenharia realizou o lançamento de seu primeiro projeto em Manaus. Com investimento inicial orçado em R\$ 1,5 milhão, o residencial Vista das Castanheiras é o primeiro de 14 empreendimentos a serem realizados pela MRV na cidade. O condomínio irá fazer parte do primeiro bairro planejado de Manaus, com parceria com a Mixcom Incorporadora, autorizada pela Prefeitura.

A estrutura ficará localizada no bairro Planalto, zonas oeste da capital. Segundo o gestor comercial da MRV em Manaus, Thiago Resende, o local é um dos grandes diferenciais. “A localização é fundamental, o motivo da escolha foi pelo fato que é uma localização nobre no bairro planalto. O projeto como um todo também foi um diferencial, o bairro planejado vai englobar praças, parques, centros comerciais, ciclovias, coleta seletiva, toda uma infraestrutura que também é o diferencial na escolha”, disse.

O condomínio faz parte da linha de produtos da MRV que utiliza a captação da energia solar fotovoltaica. As placas para captação ficarão acopladas em cima dos prédios residenciais. De acordo com o gestor da MRV, a novidade busca diminuir os gastos dos moradores.

“Hoje a maior parte de custo de condomínios é a energia, essa escolha faz baratear muito o custo da energia e o pagamento de condomínio”, afirmou, detalhando o funcionamento do sistema. “As placas recebem a energia durante o dia, distribuindo através do gerador para a concessionária, a qual recebe essa energia e abate na conta do condomínio”, explicou.

Além de áreas comuns como salão de festas, playground e piscina, o condomínio também irá oferecer disponibilidade de bicicletas, tomadas com entrada USB e pomar. A MRV, destaca, principalmente, o sistema de segurança adotado na estrutura. “Na nossa parte interna, nós temos todo um sistema de segurança que nós oferecemos para os moradores, desde câmeras internas, guarita, áreas com vidro blindado até câmeras perimetrais na área externa”, disse o gestor comercial.

Além dos residenciais, a empresa MRV também traz para a capital o Instituto MRV. Esta extensão tem como objetivo captar projetos com prática social, financiando as iniciativas de instituições sem fins lucrativos.


Empresa seleciona projetos

Manaus foi escolhida como uma das oito cidades contempladas com o projeto do Instituto MRV. A temática proposta é a utilização da educação como forma de combater problemas locais e favorecer o desenvolvimento sustentável do bairro Planalto.

Projetos socioeducacionais podem ser inscritos até o dia 22 de junho no site do Instituto MRV. Os projetos serão avaliados a partir da adequação ao objetivo, benefício social e viabilidade técnica e financeira.

O projeto vencedor irá receber aporte financeiro de R\$ 30 mil durante quatro meses para seu desenvolvimento. O Instituto também oferece a capacitação dos organizadores. Para o gestor comercial da MRV, a atuação do Instituto reforça o caráter da empresa. "Nosso negócio não é só lucro, nós temos uma visão de deixar um legado de melhora para cada sociedade em que nós atuamos, o Instituto MRV é uma das etapas", afirma.


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Seconci Manaus disponibiliza equipe para palestras nos canteiros de obras diariamente		
	Veículo: Seconci Manaus	Data: 18/06/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Notícias	Página: On-line	



Seconci Manaus disponibiliza uma equipe diariamente para atividades e palestras nos canteiros de obras e empresas associadas. Entre em contato conosco e agende: 92 3233-7880. www.seconci.com.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Gradiente confirma volta da produção no PIM no segundo semestre de 2018		
	Veículo: D24AM	Data: 17/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://d24am.com/economia/gradiente-confirma-volta-da-producao-no-pim-no-segundo-semester-de-2018/		

Gradiente confirma volta da produção no PIM no segundo semestre de 2018

Marca que já foi referência na produção de eletroeletrônicos vai atuar agora na produção para energia solar, lâmpadas de LED e equipamentos de monitoramento na área de segurança

Da redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus – A Gradiente, após a implementação bem-sucedida de seu plano de reestruturação, ganhou folego e, no segundo semestre, voltará a operar no Polo Industrial de Manaus (PIM) com a fabricação de novos produtos, cujo principal foco será a energia sustentável.



Diretor-presidente da Gradiente, Ricardo Staub anuncia nova fase de investimentos no Polo Industrial de Manaus. (Foto: Divulgação/Gradiente)

Em seu auge a companhia empregou mais de 9 mil funcionários diretos, e, mesmo com a atividade fabril suspensa, jamais esteve fora do mercado desde a sua instalação no PIM em 1972, pois manteve seus parques industriais ativos com a locação destes para novas empresas que buscavam se instalar no Polo Industrial, além de manter a prestação de serviços de assistência técnica e restauração de seus produtos iconicos lançados há algumas décadas atrás.

A Gradiente como sempre pioneira, destacou-se por seu empreendedorismo visionário, a marca é reconhecida em todo País pela sua inovação tecnológica no seguimento de eletroeletrônicos. Dentre as realizações da empresa, destaca-se o pioneirismo da Gradiente como a primeira empresa a fabricar e lançar o CD Player, o DVD Player, o MP3 Player, a TV de tela acima de 29 polegadas, o DVDokê e o título de primeira indústria brasileira a fabricar e lançar a primeira HDTV (TV com imagem de alta definição) .

A Gradiente também foi responsável por abrir o polo para o segmento de informática e trazer a Nokia, maior fabricante de telefonia celular na época, para a Zona Franca de Manaus.

A empresa foi pioneira também em lançar o primeiro telefone de padrão brasileiro; o primeiro celular analógico; o primeiro celular digital, feito no País; linhas de smartphones e celulares modernos; os systems, que são aparelhos receiver, assim como modelos diversos de toca-discos, toca-fita e caixas acústicas integradas em um só produto. Também produziu tabletsTVs; players de Blu-ray; conversores de Smart TV; home theater e fones de ouvido.

A Gradiente foi considerada líder no segmento de eletroeletrônicos no Brasil, em 2005, pela Forbes e saiu na lista Interbrand de dez marcas mais valorizadas do País no ano de 2003.

Redirecionamento


Utilizando seu ponto forte, a marca que já foi referência na produção de eletroeletrônicos e inovação investe agora no seguimento de energia sustentável, e tem por projeto inicial a fabricação de painéis solares e lâmpadas de LED. A médio prazo, também irá abranger o segmento de Segurança, Monitoramento e de produtos áudio.

Para Ricardo Staub, diretor-presidente da Gradiente, “ao retomar as atividades industriais com a fabricação de novos produtos com principal foco em sustentabilidade, a companhia está, na verdade, resgatando o seu DNA que tem por base três pilares: Tecnologia, Inovação e Qualidade (TIQ)”.

Questionado sobre o atual cenário no PIM que enfrenta grandes desafios, Ricardo Staub destacou que para a continuidade das atividades industriais é fundamental o apoio do governo federal e estadual, bem como a união da Fieam, Cieam e Sindicatos dos Metalúrgicos e Patronal, para defender a manutenção e aumento dos benefícios fiscais da ZFM, os quais hoje sofrem diversos ataques,

De acordo com Staub: “A Gradiente fecha um ciclo e inicia um novo, buscando fomentar o crescimento do Polo Industrial de Manaus”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Investimento de R\$ 66 milhões: Itacoatiara ganha maior porto do interior Amazonas		
	Veículo: Amazonas Atual	Data: 16/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
Link: http://amazonasatual.com.br/investimentos-de-r-66-milhoes-itacoatiara-ganha-maior-porto-do-interior-amazonas/			

Investimentos de R\$ 66 milhões: Itacoatiara ganha maior porto do interior Amazonas



O porto terá capacidade para atracação de navios de até 35 toneladas (Foto: Divulgação)

MANAUS – O ministro dos Transportes, Valter Casemiro, inaugurou na manhã deste sábado, 16, em Itacoatiara, o maior porto do interior do Amazonas, a Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4) Engenheiro Antonio Nelson de Oliveira Neto, obra que recebeu investimento de R\$ 66 milhões do governo federal.

A inauguração contou com a presença do senador **Omar Aziz**, dos deputados federais **Alfredo Nascimento**, **Silas Câmara** e Pauderney Avelino, dos deputados estaduais Sidney Leite, Cabo Maciel e **Josué Neto**, além dos prefeitos de Manaus e Itacoatiara, Arthur Neto e Antonio Peixoto.

O ministro ressaltou a importância para a **Amazônia** do Programa de Implantação de Pequenos Portos na região Norte. “Quem conhece a realidade Amazônica sabe da importância que tem uma infraestrutura como a deste porto. Além de desenvolvimento e melhoria logística para o município, leva dignidade para seus usuários”, afirmou.

Casemiro lembrou das alternativas para a reconstrução da AM-010, que liga Manaus a Itacoatiara. Entre as suas sugestões está a federalização da estrada, que hoje é de responsabilidade do governo do Estado.

A IP4 de Itacoatiara tem capacidade para atracação de navios até 35 mil toneladas, conta com uma ponte de acesso ao cais flutuante de 90 metros, uma rampa de concreto armado com 128 metros de comprimento para atracação simultânea de duas balsas de médio a grande porte, além de um pátio de cargas de 13.950 m² para 5 mil contêineres e amplo estacionamento para veículos, caminhões, carretas e bitrens.

O projeto do porto de Itacoatiara levou mais de 30 anos para sair do papel. A obra foi iniciada quando o deputado federal **Alfredo Nascimento** era ministro dos Transportes. “Este é o 47º porto que tenho a oportunidade de entregar. Esse porto é diferente de todos os municípios do interior, mas não levará o devido desenvolvimento sem a reconstrução da AM-010”, disse Alfredo.

Homenagem

O novo porto recebeu o nome do Engenheiro Antonio Nelson de Oliveira Neto, um dos maiores portuários do Amazonas e itacoatiarense de nascimento, que ainda nos anos 80 fez o primeiro projeto de criação do terminal portuário.

A vereadora professora Therezinha Ruiz, viúva do homenageado, se emocionou na inauguração e falou da melhoria econômica que a obra acarretará. “Fico muito feliz em saber que toda a dedicação do Nelson está sendo reconhecida e que um de seus grandes sonhos está sendo realizado hoje. A partir de agora precisamos trabalhar todos juntos para garantir que a AM-010 também tenha o investimento necessário”, sugeriu.

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, fez questão de se pronunciar sobre a homenagem. “Nelson era um sonhador que sonhava o que podia ser realidade. Ele pensava em transformar Manaus numa grande Veneza. A cabeça dele era prodigiosa. Me sinto muito emocionado em voltar para Itacoatiara e poder homenagear esse grande amigo”, disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Obra em rede de drenagem na Djalma Batista completa 3 meses sem prazo para conclusão

Veículo: A Crítica

Data: 16/06/2018

Caderno: Manaus

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/obra-na-djalma-batista-completa-tres-meses-e-segue-sem-prazo-para-conclusao>

LENTIDÃO

Obra em rede de drenagem na Djalma Batista completa 3 meses sem prazo para conclusão

Demora na substituição da tubulação da avenida, uma das principais na Zona Centro-Sul de Manaus, gera prejuízos aos comerciantes da região e incômodo a motoristas

16/06/2018 às 05:20



Foto: Euzivaldo Queiroz

VEJA TAMBÉM



Nelson Brilhante

Manaus (AM)

Já se foram três meses e oito dias. Esse é o tempo que está durando a substituição da rede de drenagem profunda no cruzamento da avenida Djalma Batista com a rua Pará, na Zona Centro-Sul de Manaus. Além do incômodo aos condutores de veículos e até aos passageiros de transporte coletivo, a demora gera prejuízos a donos de comércios próximos.

Segundo a Prefeitura de Manaus, o serviço era necessário porque a tubulação, há mais de 40 anos, nunca foi substituída. Hoje, uma das pistas está interditada, mas a situação já esteve bem pior. Quando a obra foi iniciada, no dia 9 de março, o trecho interditado prejudicou o movimento de seis lojas na pista sentido Centro-bairro e dez no sentido contrário.

Uma lanchonete fast food de uma rede multinacional está fechada por todo esse tempo e a gerência não reclama e nem aceita falar nada sobre o assunto. A tubulação passava por baixo da lanchonete e de um posto de combustível, por isso está sendo desviada.

A substituição está sendo feita no cruzamento de duas ruas e dois estabelecimentos comerciais importantes. Entretanto, a rede vem de longe e passando por baixo de residências, lojas e condomínios até desembocar na Djalma Batista.

De acordo com um trabalhador da obra que não quis se identificar os procedimentos para o desvio (já executado) justificam o tempo para a conclusão. “Para aprontar tudo dependemos somente do tempo de curagem do concreto (secagem). Se você faz uma laje na sua casa, só vai poder tirar as escoras da laje em trinta dias. Aqui é a mesma coisa”, disse.

De acordo com a última previsão do funcionário, no dia 15 de julho a obra estaria concluída, deixando totalmente livre uma das pistas da Djalma Batista e o acesso aos estabelecimentos comerciais da região.

Andamento


Em nota, a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf) informou que os serviços foram intensificados nas últimas semanas com o aumento de aproximadamente 60 servidores atuando diariamente no local, para a finalização da concretagem das três caixas coletoras da obra. “Nessa fase, os trabalhos seguem dentro de um terreno particular sem causar maiores transtornos na trafegabilidade dos veículos, que circulam nas vias públicas do entorno da obra. A preocupação da Prefeitura de Manaus nesse momento é em acelerar os serviços, mas, sempre com muita cautela, pois a obra é de grande complexidade”, destacou a secretaria.

“Após o tempo de secagem do concreto, as equipes iniciarão o reaterro, a terraplanagem de toda a área, e por último a pavimentação. As novas instalações das tubulações vão dar a correta vazão às águas pluviais, solucionando de vez o problema da rede de drenagem que passa pelo local”, ressaltou.

Sem indenização

Em março, o prefeito Artur Neto descartou indenização para 10 dos 15 prédios afetados pela obra, e que tiveram de fechar as portas. Na concepção dele, o que está sendo feito é para evitar que o pior viesse a acontecer com os prédios, isto é, a obra garante a segurança dos imóveis, o que já seria um benefício.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Setor apoia reformulação da lei de licitações, mas considera fundamental aperfeiçoamento do substitutivo que aguarda parecer da comissão especial da câmara dos deputados		
	Veículo: CBIC	Data: 15/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Mais	Página: On-line	
	Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/CBIC_newsletter_143-1.pdf		

SETOR APOIA REFORMULAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES, MAS CONSIDERA FUNDAMENTAL APERFEIÇOAMENTO DO SUBSTITUTIVO QUE AGUARDA PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

NOVA LEI IMPACTARÁ TODAS AS FUTURAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO PAÍS



Sessão Ordinária da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei 1292/1995 (Lei de Licitações)

Vigente há mais de duas décadas, o Congresso Nacional vem trabalhando para a reformulação da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), que vem sendo acompanhado de perto pelo setor da construção. A proposta que ganhou força neste ano, como parte da agenda microeconômica da Câmara dos Deputados, foi validada em 2016 pelo Senado Federal e aguarda aprovação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei 1292/1995 que revoga as leis de Licitação e do Pregão e, parcialmente, a Lei do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) –, criando normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública. A ideia é aprovar o PL no plenário da Casa antes das eleições e mandar para anuência final do Senado até o fim do ano, antes de ser encaminhado à sanção do presidente da República.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

avalia apropriada a criação de um novo marco legal para licitações e contratos – uma das bandeiras da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário, lançada nesta semana com apoio da CBIC – para aprimorar a qualidade das contratações com o Poder Público e gerar oportunidades de negócios. Mas, justamente porque ela impactará todas as futuras licitações e contratações públicas do País, reputa fundamental o aperfeiçoamento de alguns pontos do substitutivo do relator, deputado federal João Arruda (PMDB/PR), que deve ser votado na próxima semana, na Comissão Especial presidida pelo deputado Augusto Coutinho (SD/PE).

Para o presidente da Frente Parlamentar, deputado Edmar Arruda (PSD), a nova Lei de Licitações precisa garantir mais transparência e eficiência, bem como contribuir para a redução da burocracia e da corrupção. “Se conseguirmos alcançar esses objetivos, vamos



Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC

contribuir para a melhoria das políticas públicas", salientou, completando que "obras atrasadas ou paralisadas são alguns dos graves prejuízos à sociedade que precisam ser enfrentados".

Na avaliação do presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, o substitutivo não avança no sentido de corrigir distorções verificadas nos processos licitatórios, que induzem à corrupção. "Ao contrário, cria dispositivos que ampliam essa possibilidade", alerta. Para Lima Jorge, ao não considerar os princípios de simetria no regime de contratos e de maior segurança jurídica nos processos licitatórios, o projeto não avança em especificar com clareza os encargos e penalizações moratórias, que são devidos pela Administração Pública nos casos de atraso na remuneração do contratado. "A prerrogativa de atraso, que é mantida para a Administração pública, tem gerado casos de preferências nos pagamentos, o que é inadmissível", diz.

MERECEM APERFEIÇOAMENTO

Para aprimorar o texto proposto pela Comissão Especial, o setor da construção considera importante a inserção de algumas medidas no PL, como, por exemplo, as referentes a Licitações Internacionais; Processamento das licitações de obras ou serviços de engenharia exclusivamente pelo modo fechado; Detalhamento dos reajustes no contrato e disciplina sobre encargos de mora; Exequibilidade de propostas; Regras mais claras para medição; Regramento adequado para o cumprimento de vagas por pessoa com deficiência; Uso da arbitragem; Não aplicação de des-

contos lineares, e Critério de julgamento por técnica e preço, sobretudo para contratação de projetos.


Sobre a questão do valor de referência para obras e serviços de grande porte, a CBIC considera fundamental a definição do valor em R\$ 300 milhões, já que ele orientará a aplicação de outros dispositivos legais relativos à contratação de grandes obras. O substitutivo estabelece em R\$ 100 milhões o valor para contratações de grande vulto. A quantia, no entanto, além de não refletir as diferenças regionais, também não retrata a realidade das obras de construção pesada efetuadas pelo País, que é de mais de R\$ 300 milhões.

O setor defende também a supressão de artigos referentes a peculato e estelionato e a criação de crime específico para sobrepreço e superfaturamento, com pena de reclusão de quatro a doze anos, tendo em vista que já há definição legal para os crimes de fraude e licitação.

Quanto ao Licenciamento Ambiental, a sugestão é no sentido de que a obtenção da licença ambiental seja prévia ao edital e de que a licença de instalação já preceda a ordem de serviço. "Isto supriria uma lacuna que tem gerado inúmeros casos de atrasos e paralisação de contratos. É um erro induzir à empresa contratada a responsabilidade pelo licenciamento ambiental. A Administração Pública tem mais competência e rapidez para resolver esse problema", ressalta Lima Jorge. Para a execução das obras, a defesa é no sentido de que a Administração contratante realize previamente as desapropriações, desocupações ou servidões de passagem necessárias, antes da publicação do edital.

Em relação à garantia de proposta, o setor entende que ela é boa e faz com que as empresas honrem os compromissos assumidos, mas não vê sentido em elevar o valor. Como a garantia já apresenta bons resultados na lei atual, deve ser mantida em 1%. Já em relação à "garantia de performance", deveria ser exigida para todas as obras. Para evitar a oneração das ofertas e do contrato administrativo, o limite percentual proposto é de até 10% para obras comuns e de 20% a 30% para obras de grande vulto, desde que haja alteração no valor de obras de grande vulto para R\$ 300 milhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Frente parlamentar de apoio à indústria da construção e do mercado imobiliário intensificará processo de retomada do crescimento do setor e do país		
	Veículo: CBIC	Data: 15/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Mais	Página: On-line	
	Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/CBIC_newsletter_143-1.pdf		

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MERCADO IMOBILIÁRIO INTENSIFICARÁ PROCESSO DE RETOMADA DO CRESCIMENTO DO SETOR E DO PAÍS

GRUPO PRETENDE AGIR PROATIVAMENTE PARA MENSURAR OS EFEITOS DAS MEDIDAS QUE SERÃO TOMADAS

PH Freitas/CBIC



A Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário foi lançada nesta semana, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, em Brasília, e já conta com mais de 200 deputados, unidos para defender a pauta da categoria. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) prestigiou o evento de lançamento, representada pelo presidente José Carlos Martins, juntamente com o ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, lideranças do setor empresarial e parlamentares. Em entrevista exclusiva ao **CBIC Mais**, o presidente da Frente, deputado paranaense Edmar Arruda (PSD), destaca a importância da instituição do grupo para impulsionar o setor da construção. Aborda ainda o objetivo da coalizão, sua composição e a pauta de atuação. "Queremos parar de apagar incêndio e planejar ações estratégicas para o setor. Precisamos atualizar a Lei de Licitações. Não é possível termos tantos investimentos perdidos e obras paralisadas porque foram mal contratadas", defende.

Confira a entrevista, a seguir:

CBIC MAIS – Qual a relevância da instituição da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário para impulsionar o setor da construção, neste momento em que a crise atravança a economia nacional?

Edmar Arruda – A Frente foi instalada justamente porque sabemos o que o setor da Construção representa para o Brasil. Ela nasceu da necessidade de termos um grupo de parlamentares alinhados com o mercado da construção, da habitação, da infraestrutura e do mercado imobiliário. É uma representação importante para o Brasil neste momento em que intensificamos a retomada do crescimento. Como deputados, além de acompanharmos a legislação que atende a esses setores, devemos trabalhar no sentido de induzir esse processo de crescimento. Queremos auxiliar o governo no planejamento para esses segmentos. Precisamos parar de "apagar incêndio" por falta de planejamento. A Frente quer ser, justamente, esse ambiente que concentrará toda força de mercado para a discussão dos assuntos pertinentes e esses setores. Queremos um grupo proativo, com condições para mensurar os efeitos de cada medida que tomamos.

C.M - Qual o objetivo da Frente?

E.A – O propósito da Frente é aprimorar a legislação que atinge e atende esses segmentos e buscar a valorização e o reconhecimento dos seus profissionais. A Frente vai abrigar e defender o setor da construção pesada, da construção civil, da construção naval, da infraestrutura, da moradia digna e também do mercado imobiliário. Além de acompanhar políticas, ações e a tramitação, no Congresso Nacional, de proposições que tratem de assuntos correlatos, a Frente vai ajudar a criar soluções duradouras para os setores envolvidos, usando a combinação de programas baseados em políticas e direitos de desenvolvimento.

C.M – Quantos parlamentares aderiram à Frente e como ela está estruturada?

E.A – A Frente já tem a adesão de 240 deputados de todos os estados do Brasil e do Distrito Federal. Trata-se de uma associação civil, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara dos Deputados e formada por deputados, órgãos e membros representativos desses setores. Além da Presidência, temos um vice-presidente para cada uma das nossas grandes áreas de atuação: o deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) assume com vice-presidente para

assuntos relacionados à Indústria da Construção Civil; o deputado Bebeto (PSB-BA), como vice-presidente para assuntos relacionados à Infraestrutura; o deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) é o vice-presidente para assuntos relacionados ao Mercado Imobiliário; o deputado Odorico Monteiro (PSB-CE) é o vice-presidente para assuntos relacionados à Habitação, Moradia Digna e Pequenos Construtores; e o deputado Jaime Martins (PROS-MG), assume como vice-presidente para assuntos relacionados ao Sistema Financeiro Habitacional.

C.M – Quais temas Vossa Excelência espera ver encaminhados pela Frente?

E.A – Nossa pauta vai desde a infraestrutura básica dos municípios até o financiamento junto à Caixa Econômica Federal. Queremos que questões tão sérias para nós, como a moradia digna, por exemplo, sejam tratadas como política de estado e não como política de governo. Além disso, a Lei das Licitações, em análise na Câmara, já é nossa bandeira. Precisamos atualizá-la; não é possível termos tantos investimentos perdidos e obras paralisadas porque foram mal contratadas.

C.M – A pauta de atuação para este ano já está definida?

E.A – Nossas prioridades são acompanhar a aprovação, no Senado, do projeto que cria novas regras para a devolução de imóveis comprados na planta, o chamado "distrato" e, principalmente, a aprovação da Lei de Licitações, que é tão importante para todo o segmento. Outra pauta para 2018 é conseguirmos a aproximação das entidades que representam todos os setores que serão abrigados pela Frente Parlamentar. Vamos estreitar o relacionamento para construirmos, juntos, a pauta legislativa para 2019, quando teremos novo presidente da República e novo Congresso. É importante que se inicie 2019 trabalhando para que os projetos de interesse do setor, que tramitam na casa, sejam aprovados e, principalmente, sancionados pelo presidente.

C.M – Qual a primeira ação prevista para garantir segurança jurídica às empresas do setor?

E.A – Para garantir segurança jurídica às empresas do setor é importantíssimo que seja sancionada, ainda esse ano, a lei do "Distrato", já aprovada na Câmara, e que seja aprovada a Lei de Licitações. Na sequência, precisamos discutir com o segmento a renovação da lei que estabeleceu o Regime Especial de Tributação (RET), para as obras do Programa Minha Casa, Minha Vida.

MAIS NOTÍCIAS

Valor Econômico

[Falta de crédito trava retomada da construção](#)

Folha de S. Paulo

[Crédito para casa própria cresce neste ano no Brasil, diz Moody's](#)

InfoMoney

[Boas Perspectivas](#)

Exame

[Por que esta é uma boa hora para comprar imóvel](#)

Jornal O Dia

[Lava Jato provoca estagnação na construção civil](#)

Portogente

[Reflexos da greve dos caminhoneiros no mercado imobiliário](#)

AGENDA

JUNHO

28 – Jantar de aniversário do SINDUSCON-AM

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)